

em 11/06/2020 • Itailira Susana Falceta da Silva, 84 anos - falecida em 02/04/2021 • Maria Eurentrim de Carvalho, 75 anos - falecida em 04/04/2021 • Wilton Cotrim de Carvalho, 51 anos - falecido em 02/04/2021 • Cláudio Cotrim de Carvalho, 53 anos - falecido em 25/04/2021 • Maria Zuleide Rocha Accioly, de 80 anos - falecida em 01/07/2021 • Carlos dos Silbert Accioly da Silva Filho, 46 anos - falecido em 10/07/2021 • ... Lopes ...  
lva, 76 anos - Uma avó que gostava de dar amor e carinho, que sorria ...  
Maria dos Milagres Moreira, 56 anos - O dia para ela nunca ...  
ava acordar tarde, já com o sol no alto no céu • Maria dos ...  
anos - Predestinada essa moça, que honrou seu nome: "Mar ...  
a festa de alegria sem fim • Maria dos Prazeres Teodoro ...  
asseio preferido era ir a supermercados; sabia o preço ...  
ferentes lojas • Maria dos Reis Gomes, 84 anos - Zelava ...  
da família • Ranulfo Pereira de Oliveira, 84 anos - Um ho ...  
mples como a roça onde ele nasceu e cresceu • Ranyrson R ...  
os - Quando ficava nervoso balançava os pezinhos • Raphael Freitas, 28 anos - Um ami ...  
a todos os momentos • Raphael Thiago de Araújo Macedo, 41 anos - Fora empre, era ...  
u lema! • Abadia de Fátima Alves, 63 anos - Era a doçura no ol ...  
todos • Abdias Martins de Moura, 84 anos - Um homem apaixonad ...  
z, do amor e da resiliência • Abdon Albuquerque Cavalcante, 82 anos - Colocava apeli ...  
todos, era o imitador e o contador de histórias mais engraçado da família • Donata Ner ...  
Lima, 87 anos - Carinhosa, dona Nate tinha um abraço acolhedor • Donatila Lima d ...  
ntos, 75 anos - Teve coragem para mudar de vida e viveu para os filhos • Donize ...  
raldo de Almeida, 55 anos - Um mineiro querido e muito amado, dedicado ao trabalho, ...  
munidade e, principalmente à família • Jaime Machado, 81 anos - Com sorriso larg ...  
sitividade e generosidade, viveu a vida na cadência bonita do samba • Jaime Natalíc ...  
Silva, 63 an ...  
iva Mafra, 69 ...  
intal, sempre ...  
la nos pés ...  
scrinação • ...  
m a esposa, e ...  
anos - Homem ...  
Maria do Soco ...  
vida, em se ...  
os - Gostava ...  
Maria Dolores ...  
Maria Doralice ...  
mãe, enferme ...  
o marido de ...  
veu conforme ...  
lva Ferreira ...  
terminação, ...  
monstrar cari ...



# MEMÓRIA DA COVID

A luta das famílias que perderam pessoas queridas na pandemia para que as mortes não sejam esquecidas e os culpados não fiquem impunes

quel Ferreira Oliveira Maia, 32 anos - Cheia de fé, tinha o mundo dentro do coração ...  
tava para que ele se tornasse um lugar melhor • Raquel Lifschitz, 62 anos - Seu sonh ...  
a ser pedagoga. E ela conseguiu! Apresentou o TCC em meio à pandemia e foi aprovada ...  
quel Monteiro de Albuquerque, 50 anos - A policial vaidosa que tinha grande consciênci ...  
cial • Welton Luiz Maia das Virgens, 62 anos - Com musicalidade e devoção atuou c ...  
rma exemplar em sua comunidade religiosa • Welton Rodrigues Souza, 52 anos - Um s ...  
mano sensacional, que sempre fez o melhor por seus alunos e sua comunidade • Wellers ...  
Silva Calixto, 23 anos - Comprometido e muito família, era o companheiro de todas ...  
ras da mãe e da irmã, do pai e do tio e dos avós, que tanto amava • Wellington Soare ...  
anos - Mais do que um tio, um pai. Em todas as casas da família... • Wellin ...  
amastor Soares, 55 anos - Wellington venceu suas lutas particulares e encontrou, ...  
seu resgate. Foi um altruísta perfeito e silencioso • Wellington Alves das Neves, ...  
os - Sua alegria incondicional contagiava qualquer um. Tinha o dom de cativar com ...  
risso • Abel Augusto Teixeira, 65 anos - Não gostava que se preocupassem com ele. Semp ...  
zia que estava tudo bem • Abel da Cruz Neto, 61 anos - Criava chavões a ca ...  
ortunidade, cuidando do bem-estar alheio, que era sua especialidade • Abel Jor ...  
ssimiro, 76 anos - Foi um pai e avô que, mesmoadistante, se fez presente na vida e na ...  
mranças da família • Domingos Rocha de Freitas, 75 anos - Com seu jeito engraçad ...  
cava todos os instrumentos musicais e também tocava o coração dos ouvintes • Dominy ...  
drigues Costa, 71 anos - Gostava de ouvir as músicas da Jovem Guarda no som do carr ...  
que fazia ali mesmo, em casa, dentro da garagem • Domingos Sávio Brito Fonseca, 58 an ...





### 17ª CNS: Cobertura colaborativa das etapas preparatórias

O Conselho Nacional de Saúde reativou a plataforma SUSConecta, criada em 2016, para abrigar a produção de conteúdo feita para a 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). O site disponibiliza informações produzidas de forma colaborativa por comunicadores de todo o Brasil durante as etapas preparatórias como as conferências livres e conferências estaduais e municipais. Segundo o Conselho, a plataforma continuará no ar mesmo após a realização da 17ª, que acontece de 2 a 5 de julho em Brasília. Para acompanhar os conteúdos, acesse: [susconecta.org.br](http://susconecta.org.br).

# RADIS edição 249 . jun 2023

CAPA: EQUIPE RADIS



- |   |   |
|---|---|
| <p>EDITORIAL</p> <p><b>3</b> A dor que ainda não acabou</p> <p><b>4</b> VOZ DO LEITOR</p> <p><b>5</b> SÚMULA</p> <p>CAPA   MEMÓRIA DA COVID</p> <p><b>10</b> Crime e reparação</p> <p>EMERGÊNCIA YANOMAMI</p> <p><b>20</b> A força do SUS</p> | <p>COMUNICAÇÃO PÚBLICA</p> <p><b>26</b> Com a palavra, os leitores</p> <p>COMUNICAÇÃO POPULAR</p> <p><b>31</b> Por favor, não atire!</p> <p><b>34</b> SERVIÇO</p> <p>PÓS-TUDO</p> <p><b>35</b> Velho, velha? Velha é a discriminação e o idadismo</p> |
|---|---|

# A DOR QUE AINDA NÃO ACABOU

O mês de março marcou o terceiro ano da primeira morte por covid-19 no Brasil. De lá para cá, o país contabilizou setecentos e trinta mil outras mortes. Muito além dos óbitos oficiais registrados, calcula-se um número bem superior, computando-se os casos não notificados e as sindemias, que têm a ver com o efeito influenciador do vírus para desencadear ou potencializar outras enfermidades.

Mesmo para quem sobreviveu às estatísticas fatais, atravessou e saiu da pandemia ileso, os efeitos continuarão a se fazer sentir por algumas gerações e trarão na lembrança os danos irreparáveis com altíssimos custos sociais, humanitários, econômicos e políticos deixados pelo vírus. São reflexos do negacionismo de um governante que rejeitou a ciência e as instituições, apostou em remédios ineficazes e qualificou a pandemia como uma gripezinha quando deveria conduzir o país que governava, protegendo a população, ao invés de deixá-la exposta à covid.

Nesta edição, os leitores conhecerão histórias e trajetórias de pessoas que sentem a dor da perda de entes queridos que não voltarão mais, de sonhos que foram bruscamente interrompidos, de vidas que não poderão ser retomadas, assim como danos irreparáveis não podem ser esquecidos.

Falar desses momentos de dor é um ato de generosidade e ensinamento para não condenar a peste ao esquecimento. Ao mesmo tempo, ajuda a acender um alerta de que ninguém está imune e novas variantes podem surgir e pegar desprevenidos os mais de 80% de brasileiros que não tomaram a vacina bivalente. As lembranças com todos os sentimentos que despertam são importantes para determinar as ações no presente. E não se pode virar uma página sem antes ler todo seu conteúdo. Sem memória, não há identidade, só um sentimento de vazio.

A pandemia não impôs só o distanciamento social. Os relatos dos entrevistados pela repórter Liseane Morosini dão a dimensão do sofrimento e das dificuldades que viveram, assim como sofreram outras milhares de pessoas, diante das despedidas que não puderam acontecer, mesmo na iminência da morte do ente querido, e dos rituais funerários solitários, que não puderam ser acompanhados.

Para muitos que ficaram a pandemia negou a chance de externar a dor do ritual de despedida não acontecido, porque não puderam contar suas histórias de profundo sofrimento, importante para a elaboração do luto. Um luto que

é diferente para cada pessoa, no tempo e na intensidade, e que ainda hoje precisará ser compreendido, respeitado e acolhido com empatia.

É assim, sem virar páginas de injustiças e desigualdades, que pessoas que perderam muito por causa da doença e do descaso, como os entrevistados por *Radis*, tentam reconstruir suas vidas. Alguns deles também se organizaram coletivamente em associações, como a Avico Brasil (Associação de Vítimas da Covid), cobrando reparação e justiça; ou relembram o ocorrido através dos nomes de seus mortos gravados nos azulejos que compõem um mural na Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, para que a comunidade não esqueça das vidas perdidas.

*Radis* espera que os milhares de leitores espalhados por todo o Brasil leiam e se solidarizem com as histórias e memórias contadas nesta edição, e acolham familiares, amigos, vizinhos e conhecidos que tenham sido vítimas dessa pandemia. Se o acolhimento não for suficiente, orientem a busca de um profissional que possa ajudá-los.

Para a psicanálise, é a partir do atravessamento da dor que se dará a promoção da cura, mas esta travessia será sempre mais leve se houver escuta, afeto e acolhimento para essa dor.

Ainda nesta edição, Ana Paula Godoi, moradora da Maré, reproduz o que os comunicadores populares discutiram numa oficina. Ela relata os entraves que as ações policiais trouxeram para a vacinação contra a covid e outros atendimentos que deixaram de ser prestados. Para além da dor pela ameaça da pandemia, os moradores tiveram de viver com o sofrimento da falta de segurança pública, com a vida afetada pelos confrontos violentos que deixaram também vítimas fatais.

Conhecer os leitores de *Radis*, saber como são ouvidos e o que pensam do que é publicado na revista, é uma preocupação de toda a equipe. Mas foi o coordenador e editor-chefe Rogério Lannes quem levou essa preocupação para sua pesquisa e se propôs a discutir o “lugar do outro na comunicação pública”. Isso resultou em longas conversas com alguns leitores, de diversos locais do Brasil e compuseram uma brilhante tese que o repórter Glauber Tiburtino retrata em alguns trechos nesta edição.

A íntegra da pesquisa completa poderá ser conhecida acessando o site informado no final do texto.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

**DISAUTONOMIA**

Que reportagem necessária e completa! Arrasaram, pessoal!

Página Deu Zebra, via Instagram

Obrigada por abrir esse espaço de escuta aos pacientes e dar visibilidade à disautonomia.

Beatriz Peixoto, via Instagram

Que matéria interessante, precisa e bem elaborada. Parabéns para @radisfiocruz e para todos os idealizadores que contribuíram para que essa matéria fosse publicada. Amei. Eu também fui diagnosticada com disautonomia depois de mais de 10 anos de sofrimento e recentemente o geneticista descobriu que a causa de minha disautonomia é diabética. E ontem, 24/05/2023, recebi o diagnóstico de SAM (Síndrome de ativação mastocitária). Gratidão por fazer notória essa condição de saúde de difícil diagnóstico.

Silvia de Brito, via Instagram



Que maravilhoso ter mais pessoas e entidades dando visibilidade à nossa condição. Precisamos de informação para termos acesso ao nosso direito à saúde!

Aline Quintanilha, via Instagram

Que incrível! Obrigada por divulgar e dar visibilidade a esse problema tão debilitante!

Elis Passos, via Instagram



**WOLBACHIA**

Fiz parte desse projeto Wolbachia em Petrolina (PE) nos finais de semana. Estou sentindo muita falta.

Josy Souza, via Instagram

Eu ainda não consegui entender, como esse método tem sido tão eficaz no combate às arborvíroes, e o Ministério da Saúde ainda não o implantou como mais uma arma contra esse mosquito, em todo o Brasil.

Miro Faleta, via Instagram

Resposta do @wmprasil: Olá! Em março, foi anunciada a construção de uma nova Biofábrica. O método está em expansão!

**DEFICIÊNCIAS INVISÍVEIS**

Lamentavelmente, muitas doenças impedem o trabalhador de cumprir as obrigações e não constam como doença ocupacional. Muitas vezes nem são relacionadas ao trabalho, então o trabalhador brasileiro fica desassistido.

Luciana Henriques, via Instagram

**SILENCIAMENTO DO PACIENTE**

Depois do documentário O Solitário Anônimo, fico super preocupada com a autonomia do paciente. Parabéns pelo tema.

Victoria Desiderio, via Instagram

Tenho propriedade para falar sobre o tema. Parabéns, colegas da Radis. Tema extremamente importante.

Fernanda Regina, via Instagram

Assim é o caso da minha filha que sofre com dores abdominais e os médicos não chegam a um consenso. Um diz que tem endometriose, no outro diz que não tem, que é da cirurgia, e dessa forma já se vão 5 anos.

Letycia Sylvia, via Instagram



**NARRADORES DA PANDEMIA: CASA DE FAMÍLIA**

Reportagem super necessária! Parabéns, Priscila, pelo trabalho incrível!

Rudson Amorim, via Instagram

**EXPEDIENTE**

**RADIS®** é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

**FIOCRUZ**

**Mario Moreira**  
Presidente

**ENSP**

**Marco Menezes**  
Diretor

**PROGRAMA RADIS**

**Rogério Lannes Rocha**  
Coordenador e editor-chefe

**Justa Helena Franco**  
Subcoordenadora

**REDAÇÃO**

**Luiz Felipe Stevanim**  
Editor

**Bruno Dominguez**  
Subeditor

**Reportagem**

**Adriano De Lavor,**  
**Ana Cláudia Peres,**  
**Liseane Morosini,**  
**Glauber Tiburtino,**  
**Licia Oliveira;**  
**Luiza Zauza**  
(estágio supervisionado)

**Arte**

**Felipe Plauska**

**Documentação**

**Eduardo de Oliveira**  
(arte e fotografia)

**Administração**

**Fábio Lucas;**  
**Flávia Vianna Papacena;**  
**Ingridi Maia da Silva**

**ASSINATURAS**

Assinatura grátis  
(sujeita a ampliação)  
Periodicidade mensal  
Impressão Gráfica RJ Offset  
Tiragem 120.400 exemplares

**USO DA INFORMAÇÃO**

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministerio da Saude

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



## Meio Ambiente enfraquecido

A bancada ruralista manobrou para tentar frear a política ambiental do governo Lula, com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O foco era a nova estrutura ministerial, estabelecida pela Medida Provisória 1154, que caducaria se não fosse votada até 1º de junho. O relator da matéria, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), fez alterações no texto, retirando funções do Ministério do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas.

“Aprovar a MP 1154, apesar dos retrocessos com relação à proposta original, sem dúvidas é melhor do que não aprová-la. Perder sua validade significaria retomar a estrutura do governo Bolsonaro, o que geraria mais instabilidade e dificuldades para reorganizar um governo já em curso, mas também não é motivo para celebração. Afinal, o texto reduziu competências

importantes do MMA e MPI, sem justificativas cabíveis”, avaliou Luiza Lima, porta-voz de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, em entrevista publicada (1/6) no site da organização.

A Frente Pela Vida publicou nota denunciando “as manobras realizadas pelo Congresso Nacional, que de forma inédita na política nacional, propõe uma estrutura de governo diferente e oposta àquela proposta pelo atual governo, que tem o direito legítimo, delegado pelo voto popular, de organizar o governo que melhor serve ao programa político que foi consagrado nas urnas.”

Segundo a Folha de S.Paulo, nos bastidores, aliados de Lira estariam pressionando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a ceder o comando do Ministério da Saúde em troca de apoio na Câmara.



JOEDSON ALVES/ABR

## Não ao Marco Temporal!

Quem são os invasores de Terra Indígena que querem a aprovação do Marco Temporal? A partir do cruzamento de bases de dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o relatório Os Invasores, publicado pelo observatório De Olho nos Ruralistas, identificou 1.692 sobreposições de fazendas em terras indígenas. Essas sobreposições correspondem a 1,18 milhão de hectares, uma área do tamanho do Líbano. Desse total, 95,5% estão em territórios pendentes de demarcação.

Entre os grupos multinacionais ligados a fazendas incidentes em terras indígenas figuram Bunge, Amaggi, Bom Futuro, Lactalis, Cosan, Ducoco e Nichio. Bancos e fundos de investimento estão diretamente envolvidos na pressão econômica contra as TIs. Itaú (por meio da subsidiária Kinea) e Bradesco são os principais nomes da lista, seguidos por XP, Gávea Investimentos, IFC e Mubadala. Leia: <https://bit.ly/relatorioinvasores>.



## O Brasil na OMS: Combate às desigualdades

“O Brasil está de volta, o que significa a retomada de nossa agenda em defesa da equidade em saúde, da cultura de paz e do multilateralismo”, disse a ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, em Genebra, durante a Assembleia Mundial da Saúde (22/5), que marcou os 75 anos de fundação da OMS. Em seu discurso, ela defendeu que a produção mundial de remédios e vacinas não se concentre apenas em alguns países, sob o risco de perpetuar vulnerabilidades que ficaram ainda mais evidenciadas com a pandemia da covid-19, e abordou a importância de se preparar para futuras emergências.

A presença do Brasil no evento significou um resgate da relação diplomática com a OMS, fortemente abalada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nos últimos quatro anos, o antigo governante criticou a agência, recusou-se a seguir suas recomendações e, em negociações, fez questão de impedir que a OMS ocupasse uma posição central no combate à pandemia, como lembrou o colunista Jamil Chade, no Uol (22/5).

Nessa retomada, a ministra da Saúde fez questão de incentivar o debate em torno de mudanças no cenário da saúde mundial, sugerindo uma reforma que permita melhores sistemas de vigilância e canais de comunicação, além de sistemas nacionais robustos e de políticas públicas de proteção social. Ela propôs uma ampliação da agenda da OMS para colocar mais foco na redução de desigualdades, promover a equidade e ainda avançar na busca da igualdade de gênero na saúde.


“As pandemias estão longe de ser a única ameaça que enfrentamos. Em um mundo de crises sobrepostas e convergentes, uma arquitetura eficaz para preparação e resposta a emergências de saúde deve abordar emergências de todos os tipos.”

Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, na 76ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em 22 de maio, quando foi lançada a Rede Internacional de Vigilância de Patógeno.

## Fim da emergência da Mpox

A OMS anunciou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) de Mpox, em 11 de maio. A organização informou uma redução de quase 90% do número de casos notificados nos últimos três meses para embasar a decisão. Contudo, a exemplo do que ocorre com a covid-19, a declaração de fim da ESPII não deve significar o abandono das ações e cuidados já praticados: “A Mpox continua a representar desafios significativos à saúde pública que precisam de uma resposta robusta, proativa e sustentável”, reforçou o diretor-geral da OMS.





## Regime fiscal passa na Câmara

O texto do novo arcabouço fiscal aprovado na Câmara dos Deputados, em 24 de maio, não prevê que nenhum investimento na saúde e na educação esteja fora do limite de gastos — havia a possibilidade, por exemplo, de a regra não incluir o piso da enfermagem. Agora, cabe ao Senado mudar o Regime Fiscal Sustentável (RFS).

Em artigo publicado (6/6) originalmente no portal Domingueiras, Francisco Funcia, Elida Graziane Pinto, Lenir Santos e Isabela Soares Santos avaliam que o texto aprovado “desconfigurou a redação original encaminhada pelo governo federal”: as despesas com o piso da enfermagem e do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) deixaram de ser consideradas como exceção à regra dos limites de crescimento das despesas (70% das receitas primárias condicionadas à banda de crescimento entre 0,6% e 2,5% ao ano).

E reforçam que “é preciso que o Senado Federal atente para as graves consequências de se transformar piso em teto, impedindo o crescimento do orçamento federal para corrigir as graves iniquidades sanitárias, impostas pelo teto de gasto da EC 95, e o subfinanciamento da saúde, aumentando as iniquidades sociais.”

## Bancada do SUS

Brasília sediou, em 10 de maio, um importante movimento de criação da Frente Parlamentar Mista do Sistema Único de Saúde (SUS) no Congresso. A iniciativa, liderada pela deputada federal Ana Pimentel (PT-MG), visa ao fortalecimento do SUS e enfrentamento de seus desafios, como o financiamento do sistema. “Queremos debater os desafios que temos para o fortalecimento do SUS, principalmente depois desses anos, em que tivemos uma desinstitucionalização e desinvestimento, com vários tipos de sucateamento”, disse a deputada em entrevista ao portal Outra Saúde (12/5). Leia em <https://bit.ly/bancadadosus>.

## Adoçantes

Nova diretriz da OMS contraindica o uso de adoçantes por adultos e crianças para o controle de peso e a retenção de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e problemas cardiovasculares. A orientação é baseada em uma revisão de estudos que indica que, a longo prazo, o uso de adoçantes, no lugar do açúcar, não garante benefícios no processo de emagrecimento, podendo até mesmo aumentar o risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Segundo o relatório da OMS, a recomendação não se aplica a indivíduos com diabetes pré-existente e não pretende afirmar que o açúcar deva substituir os adoçantes, mas que haja uma diminuição do consumo de produtos adoçados e açucarados como um todo.

## Um GT para o Cuidado

Um grupo de trabalho interministerial foi criado (22/5) para formular diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no Brasil, identificando políticas, programas e serviços já existentes. A partir daí, devem ser elaboradas propostas para a Política Nacional de Cuidados e o Plano Nacional de Cuidados. Entre os pontos a serem abordados estão o desenvolvimento de políticas para crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas idosas e trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, sejam elas remuneradas ou não.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e pelo Ministério das Mulheres, o grupo conta com mais de 15 instituições governamentais.



BRUNO LACERDA

“ Erra quem atribui ao comportamento de manada típico dos torcedores em arenas a escalada de violência racial contra Vinicius Junior nos estádios de Espanha. Não é exagerada paixão futebolística. A multiplicação de ataques contra pessoas negras e minorias tem motivação político-ideológica; está assentada em estratégias de cooptação e doutrinação do extremismo de direita que se expande mundo afora. ”

Flávia Oliveira, jornalista, em coluna no jornal O Globo (26/5)

## Ninguém fora da solidariedade

A FDA (Food and Drug Administration), agência reguladora de saúde dos Estados Unidos, mudou a política de doação de sangue para deixar de excluir homens gays e bissexuais a partir apenas da sua orientação sexual. O novo protocolo permite que integrantes desse grupo que estejam em relações monogâmicas doem sangue, sem precisar se abster de sexo por ao menos três meses. O mesmo acontece no Reino Unido e no Canadá. Para a organização Glaad, pelo direito da população LGBTQ+, a atualização da política dá fim a um “passado discriminatório baseado em medo e homofobia”. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que limitavam a doação de sangue por homens gays, em 2020 (*Radis* 189).

## Racismo nas redes

As constantes manifestações de racismo sofridas na Espanha pelo jogador de futebol Vinicius Junior já vinham sendo observadas também fora de campo — e antes mesmo do mais recente, notório e repugnante episódio, ocorrido na cidade de Valência (21/5) — por pesquisadores do Aláfia Lab, um laboratório digital para a transformação social, sediado em Salvador (BA). O nome do jovem atleta, de 22 anos, tinha sido o mais citado em um levantamento realizado pelo grupo no relatório O Racismo Não Anda Só: As Dimensões do Racismo nas Redes, de autoria de Nina Santos, Maria Paula Almada, Rodrigo Carreiro e Ellen Cerqueira.

Os pesquisadores analisaram os comentários e as menções direcionadas a 26 perfis de personalidades negras no Twitter, Instagram e Youtube, de 1º de janeiro a 29 de março de 2023. Uma das principais descobertas do estudo foi a de que os ataques racistas em ambientes digitais englobam cinco dimensões principais: aparência (relacionada ao corpo e características físicas da pessoa), territorialidade (envolve questões sobre espaços marginalizados e associações pejorativas), religiosidade (aspectos relacionados à liberdade e expressão religiosa), formas de expressão (diz respeito a modos de expressão pessoal e liberdade de ação) e gênero (misoginia e discriminação).

O laboratório de pesquisa Aláfia Lab é vinculado ao Observatório do Racismo nas Redes. O relatório de 24 páginas está disponível para leitura em <https://bit.ly/racismonasredes>.



RENATO MOURA

**CRIA DO CPX** — O jornalista Rene Silva, fundador do jornal Voz das Comunidades no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi escolhido um dos líderes da nova geração pela revista norte-americana *Time* (23/5). “A grande mídia sempre mostrou a favela, mas sempre de uma forma muito negativa. Todas as vezes que eu abria o jornal, ligava a televisão, ligava o rádio, eu sempre via a mesma coisa sendo noticiada sobre favelas: violência, tráfico, mortes, drogas. E nunca ouvia falar sobre outros problemas sociais. Ou até mesmo em relação aos projetos culturais e sociais”, disse Rene à *Time*.





DIVULGAÇÃO/RECEITA FEDERAL

## Revogação de medida discriminatória no novo RG

O governo revogou a existência das informações sexo e nome social no novo RG. Os campos foram implementados na gestão anterior, em 2022. Com a nova mudança, na nova carteira de identidade nacional (CIN) constará apenas o campo nome, e será preenchido com aquele que a pessoa declarar no momento da emissão. O objetivo é que o documento permita mais inclusão. No entanto, a decisão foi alvo de críticas e o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, se pronunciou no twitter sobre o assunto:

“Muitas pessoas criticaram a ação do governo federal como sendo uma inovação desnecessária, que só serviria para atizar os fascistas. O que se esquecem é que os campos sexo e nome social NÃO EXISTIAM nos documentos de identidade e foram uma criação do governo Bolsonaro por meio do decreto nº 10.977/2022. É espantosa a reação surpresa e até indignada com a revogação de uma medida que não tem mais de um ano e que foi feita apenas para discriminar e aumentar o preconceito”.

FOTO: YARA NARDI/REUTERS



## Indígenas krahô em Cannes

Vitória brasileira e indígena em um dos maiores festivais de cinema do mundo. O filme A Flor de Buriti, dos diretores João Salaviza e Renée Nader Messora, ganhou o prêmio de melhor elenco na mostra Um Certo Olhar do Festival de Cannes. O longa conta a história da comunidade indígena krahô e suas formas de luta e resistência contra as violências executadas sobre sua terra no Tocantins. Dias antes da premiação, a equipe protestou no tapete vermelho do evento contra o Marco Temporal e as ameaças incessantes ao território e à sobrevivência dos povos indígenas. Uma faixa com o dizer “O futuro das terras indígenas no Brasil está sob ameaça, não ao marco temporal” foi levantada por parte da equipe presente, como dois dos atores do filme, os krahôs Francisco Hyjnô e Ilda Patpro.





# CRIME E REPARAÇÃO

Familiares de vítimas da covid-19 buscam a responsabilização pelos crimes cometidos na pandemia

LISEANE MOROSINI

**P**oala banhou sua mãe no quarto do hospital e viu seu lento apagar. Lucynier lembra com detalhes o momento que seu filho foi levado para uma clínica e nunca mais voltou. Leonardo não conseguiu se despedir da mãe e do irmão. Laíza viu a avó dizer adeus antes de ser internada. Wilson perdeu a mãe e dois irmãos e ficou com um quarto vazio à frente. Millena perdeu o amor de sua vida para a covid-19.

Saudade, dor, revolta, aceitação e luto permanente são sentimentos que surgem a partir de entrevistas feitas com familiares de vítimas da covid-19. São mães, filhos, pais, irmãos, esposas e maridos que partiram e que estão entre os números e as vidas levadas pela pandemia.

Segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 703 mil pessoas morreram por covid-19 até o dia 13 de junho de 2023. As mortes não foram uma fatalidade como



Familiares de vítimas protestam na Praça dos Três Poderes, em Brasília, lembrando as vidas perdidas, em outubro de 2021



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SÉRVADO

muitos querem fazer crer. Ceifaram vidas e destruíram famílias. De acordo com levantamento da Fiocruz, nos dois primeiros anos da pandemia, quase 42 mil crianças e adolescentes perderam suas mães por covid-19 no Brasil.

O tamanho da tragédia equivale ao desaparecimento de uma cidade como Osasco, que fica a 23 quilômetros da capital São Paulo e tem 699 mil habitantes. Equipara-se, também, à queda de 3,7 mil aviões, com capacidade de 189 passageiros cada um. É como se 2,1 mil deles caíssem em 2021, o ano em que mais morreram brasileiros por covid-19. Assim como não é possível ocupar um rombo deixado em um mapa, não há como substituir o lugar de cada uma dessas pessoas.

Com tantas vidas perdidas, a luta, no Brasil, não foi apenas contra o vírus. A pandemia foi mais que a doença causada pelo SARS-CoV-2, um vírus da família dos coronavírus. Ela foi agravada por um discurso oficial negacionista, pela avalanche de informações falsas e desconstruídas, pela automedicação e divulgação de tratamentos ineficazes, pelo discurso antivacina e pela propagação de comportamentos contrários às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da ciência.

Os movimentos de familiares de vítimas clamam por justiça e reparação. “Sem anistia” é um lema que voltou a ser defendido por aqueles que lutam para que a memória da pandemia não seja apagada. A discussão lembra a necessidade de se resgatar a memória e definir os responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura militar.

Radis conversou com familiares de vítimas da covid-19, que se colocam também como vítimas e testemunhas da tragédia. Paola Falceta, de Porto Alegre; Lucynier Omena, de Manaus; Leonardo Accioly, do Recife; Laiza Diniz, Wilson Cotrim e Millena Buçard, do Rio de Janeiro, falaram à reportagem sobre a morte de seus familiares, o luto diário e as transformações trazidas pela covid-19 em suas vidas.

Suas memórias e vivências dizem não apenas sobre os que partiram, mas tecem a linha do tempo trazida pela reportagem com momentos marcantes da pandemia. São testemunhos que, no presente, atualizam o horror do passado. Para estes brasileiros que perderam pessoas amadas, resta a lembrança, o luto e a luta.



Leonardo Accioly, do Recife, perdeu o irmão, Carlos Gilberto, e a mãe, Maria Zuleide, com uma diferença de quatro horas e agora luta por justiça.



## “NÃO PODE TER SIDO EM VÃO”

O advogado Leonardo Accioly perdeu parte da família em 2021. Por 42 dias, ele acompanhou a luta da mãe, Maria Zuleide, e do irmão, Carlos Gilberto. Após a infecção por covid-19, pouco tempo se passou até que seus familiares fossem internados, transferidos para a UTI e intubados em hospitais do Recife.

Na madrugada de primeiro de julho de 2021, ano em que a pandemia mais matou no Brasil, o celular de Leonardo tocou duas vezes para comunicar a morte de seus familiares. À uma da manhã, ele seguiu para o hospital onde Kiko, como Carlos Gilberto era conhecido, estava internado, e soube que seu irmão tinha morrido. Quatro horas depois, descobriu que a mãe também não tinha resistido.

Ao amanhecer, Carlos Gilberto Accioly da Silva Filho, de 46 anos, e Maria Zuleide Rocha Accioly, de 80 anos, estavam entre as 535 mil pessoas que até então tinham perdido a vida no país desde o início da pandemia. “Um relacionamento pessoal que se desfaz pode ser substituído

por outro. Uma amizade também. Uma perda, não. Meus familiares não vão ser substituídos por outros”.

Para o advogado, as mortes de sua mãe e seu irmão não podem ficar impunes ou ter sido em vão. Segundo ele, o crime de extermínio coletivo da população tem nexos causal direto com a conduta omissiva [abstenção ou não fazer] e comissiva [fazer algo proibido] dos agentes da administração pública. “Esse crime tem nome, sobrenome, CPF, mas o nosso sistema jurídico tem aversão à responsabilização pessoal diante de crimes dessa natureza”, observa.

Leonardo acredita que é improvável que uma ação criminal pessoal tenha conclusão positiva na justiça. “A tradição jurídica brasileira e nos nossos tribunais superiores é a de despersonalizar do agente público a responsabilidade por atos de omissão quando esses são difusos. É diferente de um agente público quando comete um ato de improbidade ou um ato criminal diretamente relacionado a ele que pode ser criminalmente acusado”, explica.



125k

Carlos Gilberto e Leonardo:  
a covid tirou dos irmãos o direito  
de envelhecerem juntos.



### EM BUSCA DOS CULPADOS

No caso da pandemia de covid-19, não houve, segundo ele, uma ordem direta do ex-presidente Jair Bolsonaro de assassinar uma pessoa, mas atitudes concretas que causaram danos irreparáveis a uma enorme quantidade de pessoas, sem precedentes na história do país. “O Judiciário é reticente diante desse tipo de barreira, que não existe no mundo civilizado ocidental, mas existe no Brasil”, salienta.

Ele sugere a criação de um marco legal para essas situações. “A lei tem que dizer expressamente que o governante não pode negar os fatos científicos por mais que seja uma enfermidade nova, ir de encontro a vacinas ou incluir protocolo no Ministério da Saúde com medicamento inefcaz”, observa.

Segundo Leonardo, com um marco legal, os agentes públicos serão obrigados a considerar a ciência e ter responsabilidade com a saúde pública no Brasil. “Não importa que alguma organização ou médico diga que funciona

quando a OMS diz que não funciona. Ele não vai poder fazer uso disso”, salienta.

Para muitos estudiosos, o contexto que perpassa a pandemia de covid-19 e a forma como os governantes lidam com ela justifica a aplicação do conceito de justiça de transição. Apoiada em quatro eixos, a justiça de transição envolve o direito à memória e à verdade; as reformas institucionais; as reparações simbólicas e financeiras; e a responsabilização por atos praticados.

Recentemente, o termo entrou mais em evidência com o filme Argentina, 1985, em que um julgamento histórico revelou os horrores da ditadura no país vizinho. No Brasil, foram 20 anos de ditadura civil-militar e a memória daquela época ainda permanece na obscuridade. Os ativistas defendem que o Brasil tem que se defrontar com os erros e os crimes cometidos na pandemia para que esse momento não se repita no futuro.



Paola Falceta, de Porto Alegre, tem certeza de que a vacina teria dado uma chance de vida à sua mãe, Italira.

FOTO: ACERVO PESSOAL

## “OS ATOS TÊM QUE SER RESPONSABILIZADOS”

A Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico Brasil) é uma das entidades que assina a Agenda Covid-19 por Reparação e Responsabilização. Fundada em abril de 2021, em Porto Alegre (RS), a Avico surgiu a partir da indignação do advogado Gustavo Bernardes e da assistente social Paola Falceta com a ineficiência e negligência do Estado diante das consequências da pandemia na vida dos brasileiros. Ambos tiveram suas vidas modificadas pela covid-19.

Gustavo foi internado, intubado e desenganado no fim de 2020. Conseguiu se salvar e ficou com sequelas da doença. Paola foi infectada enquanto cuidava da mãe, que morreu no hospital após um ano de isolamento em casa. Inconformada, ela se juntou a Gustavo na luta por justiça em relação a erros e omissões do ex-presidente, de autoridades e gestores na condução da pandemia.

Paola é a atual presidente da Avico. Ela trabalha na Universidade Federal da Ciência da Saúde (UFCSA) e é pesquisadora de um projeto sobre covid de longa data na Fiocruz. A conversa da assistente social com Radis foi pontuada por lágrimas e lembranças dolorosas, numa entrevista concedida por videochamada.

Era início de 2021 e o Brasil enfrentava a disseminação exponencial do vírus e a superlotação de hospitais. Dona Italira, a mãe de Paola, manifestou os sintomas da covid e foi internada. No hospital, sua idade foi usada como

barreira para acesso a recursos como respiradores, kit de intubação e vagas de UTI, caso ela precisasse. “Esses seriam destinados aos jovens”, Paola conta. Como tantos idosos brasileiros, Dona Italira foi vítima de etarismo, o preconceito decorrente da idade, que cresceu durante a pandemia no cenário de escassez e disputa por recursos que poderiam salvar vidas.

Dezenove dias após ser internada, a gaúcha Italira Susana Falceta da Silva, de 81 anos, morreu na madrugada de 2 de março de 2021, no Hospital Conceição, em Porto Alegre. Depois de sua morte, Paola passou a buscar a responsabilização das autoridades e do Estado por meio da Avico. De 18 pessoas presentes à primeira reunião, a Avico tem hoje mais de 1,8 mil pessoas cadastradas e 500 famílias associadas em 24 núcleos estaduais.

A associação entrou com representação criminal na Procuradoria-Geral da República (PGR), em junho de 2021, e queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2022, contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, por sabotar o combate à covid-19. O ex-presidente é acusado de cometer nove crimes: prevaricação; charlatanismo; infração de medida sanitária preventiva; incitação ao crime; perigo para vida ou saúde de outrem; subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento; epidemia com resultado morte; emprego irregular de verbas públicas; e falsificação de documento particular.



## DESEJO DE REPARAÇÃO

Em outra frente, a ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), em dezembro de 2021, com assessoria testemunhal e jurídica da Avico, busca que a União seja condenada a reparar as perdas das famílias e vítimas da covid-19. O MPF entende que houve inação do Estado e da União. O órgão pede indenização por danos morais e materiais e a criação de um fundo nacional que faça o mapeamento de demandas e formule política pública de cuidado, apoio e assistência à covid longa, e para reparação individual das famílias.

“A União tem condições de bancar. Isso é uma prioridade”, garantiu Paola à Radis. Ela lembrou que a reparação por covid será equivalente a outras pensões especiais, como a das vítimas da talidomida [que nasceram com deformidades ou anomalias] e naseniase [isoladas de forma compulsória em hospitais-colônia até 1986]. Em março de 2023, o STF rejeitou a queixa-crime. Paola afirmou que a Avico vai continuar lutando pelo andamento da ACP no Judiciário. “Essa ação vai rolar por muitos anos. Como todas as ações civis no Brasil, é uma lenda para a gente responsabilizar o Estado”, diz Paola.

**“O gestor público tem de saber que não pode fazer o que quiser e que seus atos vão ter uma implicação no dinheiro da União, ou dos governos estadual ou municipal.”**

**Paola Falceta**



Dona Itallira foi vítima de etarismo durante sua internação em um hospital.

FOTO: ACERVO PESSOAL

De acordo com a assistente social, a ação civil pública e a representação criminal são históricas. “Nenhuma associação conseguiu fazer isso antes. O gestor público deve entender que se ele agir com intenção política, ele vai ser responsabilizado criminalmente. Na pandemia, não ocorreu negligência ou ineficiência. O grupo que estava na gestão entendia que essas pessoas que morreram eram descartáveis”, observou.

Paola lembrou a ausência, a omissão e o incentivo do Estado na política de prevenção e cuidado. Segundo ela, as atitudes do ex-presidente podem ser enquadradas em pelo menos três artigos do Código Penal. Juntas, as sentenças estabelecem penas mínimas de dois anos e quatro meses e máximas de sete anos, mais multas.

Para ela, a vacina teria dado uma possibilidade de vida à sua mãe. Paola lembra que o ex-presidente não comprou as vacinas da Pfizer e não aceitou vacinas do Instituto Butantã que poderiam ser distribuídas em novembro de 2020. “Se tivesse sido vacinada, teria alguma chance”, pontua. Segundo ela, a imunização não aconteceu por causa do negacionismo e da aposta em tratamentos ineficazes. “O gestor público tem de saber que não pode fazer o que quiser e que seus atos vão ter uma implicação no dinheiro da União, ou dos governos estadual ou municipal”, observa Paola.



## DIREITO À MEMÓRIA

O direito à memória, justiça e reparação das famílias atingidas diretamente pela covid-19 é a bandeira levantada por associações que querem responsabilizar o Estado pelos crimes praticados na pandemia de covid-19. Entre elas, estão a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico Brasil); a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 Vida e Justiça; e a Coalizão Nacional pelos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens sob Orfandade Causada Pela Covid-19 no Brasil.

Junto com a Frente pela Vida, as três associações estiveram à frente da Conferência Livre Nacional de vítimas e familiares de vítimas da Covid-19, que ocorreu de forma online na noite de 22 de maio de 2023. Diante de um evento politraumático, como a pandemia, a Conferência referendou “que não podemos esquecer (memória), que

devemos responsabilizar quem deve ser responsabilizado (justiça) e que precisamos seguir cuidando (reparação) de todos”. Além disso, ressaltam que as políticas destinadas ao cuidado com as vítimas da pandemia devem ser transversais e intersetoriais. As diretrizes e propostas de ações aprovadas no evento serão levadas à 17ª Conferência Nacional de Saúde, em julho, em Brasília.

Em uma fala inicial, a sanitarista Lucia Souto considerou que esta foi a conferência livre mais importante dentre as 106 que aconteceram no país. “O impacto da covid é equivalente a desastres ambientais. Pessoas foram criminosamente assassinadas nesse período, nesse projeto de necropolítica”, afirmou. Segundo ela, é preciso entender que a vida da população não tem preço. “Precisamos ter políticas de cuidado para que essa violência não aconteça”, disse.

## “NÃO TEM UM DIA QUE EU NÃO PENSE NELES”

Quando as pessoas queridas se vão “fica o vazio”, disse o designer Wilton Cotrim de Carvalho que em 20 dias perdeu a mãe, Maria Eugênia, e dois irmãos, Wilton e Claudio. Dois anos depois, o carioca, morador de Magé, município da Baixada Fluminense, ainda vive de forma intensa o sofrimento da perda familiar tripla. “A ficha cai quando você entra nesse universo dos números. A minha família está ali, faz parte deles. Ninguém imagina passar por isso”, disse.

Wilton e Claudio eram gêmeos e mantiveram uma conexão profunda durante a vida. Partilhavam a mesma profissão, eram parceiros e construíram suas casas em um mesmo terreno. Entre o passado e o presente, Wilton revela

uma história comum a outros brasileiros que perderam familiares. A presença diária desses ausentes mostra um trajeto de dor, saudade e culpa que surge na entrevista à Radis.

Dona Maria Eugênia Cotrim de Carvalho, 75 anos, morreu em 4 de abril; Wilton Cotrim de Carvalho, 51 anos, no dia 8; e, Claudio Cotrim de Carvalho, 53 anos, faleceu em 25 de abril de 2021. “Não tem um dia que eu não pense neles”, afirma Wilton. “Quando você perde três de uma vez só, não sabe para onde olhar”. A esposa e as filhas são um suporte, mas o buraco está sempre lá, ele garante. “É como se fosse a porta de um quarto escuro que ‘você’ não quer mais entrar. É muito difícil, mas eu tenho de seguir em frente”.

Wilton Cotrim fala sobre o vazio após a morte de sua mãe, Maria Eugênia, e dos irmãos, Wilton e Claudio





...rim de Carvalho, 75 anos - falecida em 04/04/2021  
...cioly da Silva Filho, 46 anos - falecida em 04/04/2021  
...20 - Itallira Susana Falceta da Silva, 53 anos - falecida em 04/04/2021  
... - falecida em 04/04/2021 - Milton Carlos...



“Thiago era incrível, querido por todos. Fico triste porque eu sinto muito a falta dele principalmente para dividir as conquistas.”

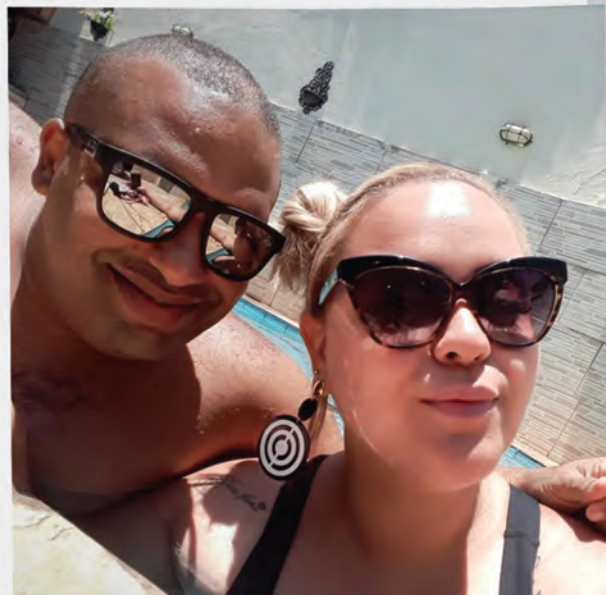
Millena Buçard

## “AINDA SINTO A FALTA DELE”

Thiago Vinícius da Silva, o amor de Millena Buçard, estava entre os mortos no início da pandemia. Em março de 2020, ele teve falta de ar e febre e logo Millena relacionou com sua insuficiência cardíaca provocada por um sopro no coração de Thiago. Não era. Três dias depois, ele foi ao médico e uma tomografia mostrou que 55% de seu pulmão estava tomado. Em 26 de março de 2020, Thiago foi internado e encaminhado para o CTI. Ali, Millena disse que sentiu que já era a despedida.

Logo depois, Millena também teve covid e o casal ficou internado no mesmo hospital, ao mesmo tempo. Ela permaneceu 7 dias e ele 21. Ela voltou para casa, ele não. Thiago Vinícius, nascido no Rio de Janeiro, de 33 anos, faleceu em 16 de abril, uma semana antes do aniversário da esposa. Em dois meses, Millena não saiu de casa e viveu o luto intensamente. Em uma conversa emotiva com Radis, ela contou que foi difícil retomar a vida. “Eu queria morrer. Era uma dor surreal. Eu não acreditei que estava passando por aquilo”, relembra.

Hoje, Millena usa sua dor para ajudar outras pessoas que enfrentam o mesmo processo. “Eu acho que o tempo traz a cura”, diz. Sobre o marido, afirma: “Thiago era incrível, querido por todos. Fico triste porque eu sinto muito a falta dele principalmente para dividir as conquistas”, assume.



FOTOS: ACERVO PESSOAL

...Costrim de Carvalho, 75 anos - falecida em 04/04/2021 • Wilt...  
.../04/2021 - Maria Zuleide Rocha Accioly, de 80 anos - falecida em 01/04/2021 • Carl...  
...da Silva, 33 anos - falecido em 16/04/2020 • Neusa Muniz da Silva, 53 anos - faleci...





Lucynier Omena vive o luto inacabado dois anos após a morte do filho Tiago por covid-19.

FOTO: ACERVO PESSOAL

## “É DEVASTADOR PERDER UM FILHO”

Os números ilustram a irresponsabilidade do governo Jair Bolsonaro na condução da pandemia de covid-19, que teve seu primeiro caso confirmado no país em 26 de fevereiro de 2020. Três meses depois, em 15 de maio, o general Eduardo Pazuello assumiu o Ministério da Saúde e quase 25 mil pessoas tinham morrido por covid-19. Quando deixou a pasta, em 15 março de 2021, eram 260 mil pessoas mortas, um aumento de 940% em 14 meses de gestão.

O Brasil continuou a somar mortos de forma exponencial e elas passaram a dimensionar a tragédia sanitária. Entre

as vítimas, estava Daniel Tiago Omena Melo, um geógrafo que trabalhava na Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp) de Manaus. Na pandemia, ele foi deslocado para atuar no cemitério Nossa Senhora Aparecida.

Tiago, como era chamado em casa, não era profissional de saúde e por isso não entrou na fila prioritária da vacina, que começou a ser aplicada no país em janeiro de 2021. Em 6 de março, ele começou a tossir; no dia 9, foi internado; e, dez dias depois, intubado. Após 42 dias em cuidados intensivos, o manauara de 39 anos morreu em 2 de abril de 2021.

Dois anos depois, sua mãe Lucynier Omena tenta refazer a vida. Em protesto, ela estendeu uma faixa na varanda da casa em que morava com o filho. Em 29 de abril de 2021, a faixa estampava o número 400 mil junto ao rosto de Tiago e assim ela fez a cada 100 mil pessoas mortas a mais na contagem dos óbitos. Em 2023, Lucynier colocou outra faixa na varanda com os dizeres “Justiça pelo meu filho Tiago”, com a data do nascimento e de sua morte.

A dor e a revolta atravessam a todo momento a conversa por videoconferência de Lucynier com Radis. “É devastador perder um filho. Foi uma violência muito grande”, diz. Seu desejo é que o governo contabilize mortos para melhor dimensionar a responsabilização. Ela luta pela memória dos que se foram, condena quem minimiza a doença e continua usando máscara para que a pandemia não seja esquecida. “Eu olho na rua e parece que é outro mundo. Está tudo funcionando normalmente, só eu que continuo com o meu quarto vazio, sem o meu filho”.



FOTO: ACERVO PESSOAL



## ESCALADA DE MORTES

Em 10 de maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que cria o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19, que será celebrado anualmente em 12 de março. A data marca a morte de Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, a primeira vítima da doença no país. Rosana tinha 57 anos e faleceu no Hospital Municipal Dr. Carmino Cariccio, em São Paulo, segundo informações divulgadas pelo Ministério da Saúde. Em menos de 50 dias, a família também viria a perder a mãe, o pai, a irmã e o irmão de Rosana.

Depois da morte de Rosana, o Brasil foi vendo a escalada de vítimas. O cenário tinha sido previsto por cientistas embasados em dados internacionais, mas recebeu o desdém de muitas autoridades e brasileiros que achavam que a onda seria pequena. Gradativamente, o “tsunami” de infecções pegou o Brasil de Norte a Sul aumentando gradativamente as mortes. Uma pesquisa do Observatório de Saúde na Infância (Observa Infância), publicada em dezembro de 2022, revelou que a covid-19 foi responsável por um quinto de todas as mortes registradas no Brasil (19%) entre 2020 e 2021.

■ [Veja a linha do tempo da pandemia no site de Radis]

Quando o Brasil atingiu o patamar de 500 mil mortes, Pedro Hallal, epidemiologista e então pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), apresentou os dados do Epicovid, o maior estudo epidemiológico sobre a doença no Brasil, na CPI da covid-19, a Comissão Parlamentar de Inquérito que foi criada para apurar as omissões e irregularidades do governo federal na pandemia. O levantamento apontou que a quantidade de pessoas infectadas era três vezes maior do que os dados oficiais.

Em 24 de abril de 2021, o pesquisador afirmou, no

## FIM DA EMERGÊNCIA

Em 5 de maio de 2023, Tedros Adhanom, presidente da OMS, anunciou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), declarada pela organização em 30 de janeiro de 2020, a sexta em sua história (Radis 210). Na época o mundo desconhecia o padrão de transmissão do novo coronavírus. Três anos depois, o presidente da organização apontou que, com a queda nas hospitalizações e óbitos e avanço da vacinação, os países poderiam colocar a covid no mesmo patamar de outras doenças infecciosas.

O anúncio foi comemorado como “fim da pandemia”. Não era, como confirmou a ministra da Saúde Nísia Trindade, dois dias depois em pronunciamento nacional (7/5), no qual chamou atenção para a continuidade da pandemia já que a doença ainda existe, mesmo em níveis mais controlados. “Depois de termos passado por um período tão doloroso, nosso país recebe essa notícia com esperança. Ainda vamos ter de conviver com a covid-19, que continua evoluindo e sofrendo mutações. É hora de intensificar a vacinação contra covid-19”, afirmou.

Nísia lembrou um dado fundamental para a compreensão da tragédia brasileira: no país vivem cerca de 2,7% da população mundial e houve 11% do total de mortes. Ao todo, foram cerca de 7 milhões de mortes e 765 milhões de casos em todo o mundo. Para a ministra, as perdas de tantas vidas, boa parte delas evitáveis, foi o pior impacto que a pandemia deixou. “Precisamos preservar essa memória para podermos construir um futuro digno”, afirmou.

Senado, que quatro em cada cinco mortes pela doença no país eram evitáveis. Dois anos depois, Pedro Hallal, agora professor da Universidade de Illinois Urbana-Champaign, nos Estados Unidos, afirmou à Radis que a mortalidade por covid-19 no Brasil é quatro vezes maior do que a média mundial. “Se o Brasil tivesse uma mortalidade igual à média mundial, teríamos evitado 525 mil mortes. As razões para isso são múltiplas, mas quase todas se relacionam com o negacionismo científico implementado como política de saúde pelo governo anterior”.

“TRAGÉDIA E LUTO NO BRASIL” É UMA SÉRIE DE RADIS COM HISTÓRIAS E DEPOIMENTOS SOBRE O PERÍODO DA PANDEMIA. LEIA MAIS NO SITE.



## Conheça o perfil de profissionais da Força Nacional do SUS

### ADRIANO DE LAVOR

Os coletes azuis se destacam nos corredores da sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (DSEI YY), nas enfermarias da Casa de Saúde Indígena (Casai), nos polos base e comunidades da Terra Indígena Yanomami (TIY) e nas ruas de Boa Vista. Por trás deles estão os voluntários da Força Nacional do SUS (FN-SUS), profissionais que atenderam ao chamado e partiram de diferentes pontos do Brasil para a capital de Roraima, com o objetivo de auxiliar na resposta à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) na TIY, declarada no começo de 2023.

Durante a produção das reportagens sobre a Emergência Yanomami [Leia as outras matérias no site], em março de 2023, *Radis* acompanhou uma parte da breve capacitação que técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos e

nutricionistas convocados para a quarta turma da Força receberam na sede do DSEI YY, antes de entrar em território indígena, e conferiu o trabalho de alguns deles ainda em Boa Vista.

Como boa parte dos integrantes das primeiras turmas tinham o perfil de emergencistas — acostumados, portanto, a lidar com desastres naturais ou acidentes em grandes cidades — eles tiveram que atuar em situações bem diferentes de suas práticas diárias, encontrando demandas características de uma emergência que tinha como diferencial a desassistência à saúde.

Para além de combater os agravos e doenças provocados pela invasão do território Yanomami pela mineração ilegal — desnutrição, malária, tuberculose, entre outros — e auxiliar na remoção de doentes para a capital, Boa Vista, eles foram convocados, prioritariamente, para desempenhar



# ÇA DO S

EDUARDO DE OLIVEIRA



Registro da quarta turma da Força Nacional do SUS, quando receberam capacitação na sede do DSEI YY, antes de entrar em território indígena

## o SUS que atuaram na Emergência Yanomami

atividades e auxiliar em práticas que são muito mais comuns na atenção básica, como busca ativa, nutrição assistida e imunização — e ainda lidar com diferenças culturais do contexto da saúde indígena.

O desafio foi sendo minimizado, no decorrer da emergência, com a promoção de uma capacitação, que os situa sobre a estrutura do Sistema de Saúde Indígena, bem como o fluxo de trabalho dos profissionais do DSEI e da Casai, assim como esclarece alguns contextos culturais importantes para que eles possam melhor contribuir com as atividades já desempenhadas na TIY. “Nosso papel aqui é contribuir com força e volume para a ação dos profissionais que já estão no território”, esclarece a moderadora Franciane Fardin, no início da capacitação.

Ela adverte para que os voluntários respeitem o trabalho das equipes que sempre estiveram ali, já que não são as responsáveis pela desassistência que encontrarão no território. “Eles são guerreiros”, insiste, descrevendo cenários com muitos problemas a enfrentar. Além das questões estruturais sobre a vida no território indígena, a capacitação também aborda os sistemas de informação utilizados em

campo, aspectos da cultura Yanomami e lições básicas sobre diagnóstico e tratamento inicial de malária, oncocercose e outras doenças — assim como o fluxo de atendimento que seguem os doentes encaminhados à capital.

Tudo com o objetivo de potencializar a cooperação dada pelos voluntários para o trabalho, que enfrenta não somente as dificuldades estruturais, mas também a ausência de recursos humanos, e minimizar os efeitos que a atuação em uma emergência desta natureza pode gerar na vida de quem se voluntaria.

É comum que, diante da situação crônica de desassistência, muitos voltem para suas cidades com a sensação de culpa ou impotência diante do que viveram, ou fiquem desanimados em relação ao futuro. Em conversa com a *Radis*, Franciane lembrou de um conselho que recebeu, assim que voltou de sua primeira missão nesta emergência: Não tomar nenhuma decisão precipitada, nos 15 dias seguintes. “A vontade é de largar tudo e voltar ao território”, confidencia, deixando claro que mesmo com sua experiência, a lição maior que ficou foi valorizar cada vez mais o profissional da saúde indígena.



## FRANCIANE FARDIN, ENFERMEIRA

“Nós estamos aqui para apoiar a ação das equipes do DSEI que já estão no território. Não somos independentes”, enfatiza a enfermeira Francine Fardin, diante de uma turma de voluntários da Força Nacional do SUS que em breve seguirá para diferentes pontos da Terra Indígena Yanomami (TIY). Como eles, Fran, como é carinhosamente chamada por todos, também é voluntária naquela emergência, mas sua experiência a colocou, em sua segunda missão, como uma das responsáveis por uma breve capacitação que os profissionais passaram a receber antes de iniciarem suas missões.

É que boa parte dos profissionais que atenderam ao chamado da Força no início da Emergência Yanomami eram majoritariamente “emergencistas”, acostumados a atuar em desastres naturais ou acidentes em grandes cidades, porém pouco habituados às atividades de atenção básica e de saúde indígena requeridas em uma situação de desassistência. “Muitos dos primeiros voluntários voltaram frustrados por não terem recebido informações que os preparassem para o que encontrariam no território indígena”, disse Fran à *Radis*.

Foi quase “natural” que ao voltar de sua primeira missão na Força, no polo base de Awaris, Fran fosse

convocada a continuar em Roraima e a sistematizar uma breve capacitação para os novos voluntários. “Eu tentei reunir informações que gostaria de ter tido, sempre valorizando a experiência dos profissionais do próprio DSEI, que conhecem o território e falam com propriedade sobre os agravos mais comuns”, explica.

Fran sabia onde estava pisando, literalmente. Consultora do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), ela é nascida em Vitória (ES), onde se formou enfermeira pela Faculdade Multivix, e especialista em saúde indígena pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Há 18 anos trabalha na saúde indígena, e durante cinco anos atuou exatamente no DSEI YY, com a população Yanomami, em Roraima. Hoje, vive em Florianópolis.

“Ser voluntária muda a vida da gente. A vontade que se tem é de largar tudo e ficar lá”, diz, lamentando que a experiência recente em território tenha sido tão contrastante com aquela que havia tido, anos antes. “Naquele momento, eles estavam bem. Ouvia-se falar de garimpo, mas era algo distante, havia um caso ou outro de desnutrição, não na proporção de sete em cada 10 Yanomami passando fome. Isso não acontecia há 14 anos”, avaliou.







## IGOR MAIA, MÉDICO

“Qual a nossa função aqui?”, pergunta Franciane, na capacitação dos novos voluntários da Força, um dia antes de uma nova equipe entrar em território indígena. “Evitar o genocídio!” A resposta dada diz muito sobre o médico Igor Maia, que se voluntariou para atuar na TIY com o objetivo de fazer algo para preservar as culturas indígenas e a saúde do planeta.

Profissional ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e à Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares (RNMMP), nascido no Crato e morador de Moitas, no Ceará, ele disse à *Radis* que acreditava que a sua experiência de trabalho em cenários adversos o auxiliaria a contribuir no enfrentamento à Emergência Yanomami. Igor contou que esteve na linha de frente da atenção básica durante a pandemia de covid-19, quando teve que driblar perseguições e a resistência do coronelato nordestino às recomendações da ciência.

Quando se preparava para entrar no subpolo de Waphuta, na TIY, Igor propunha uma perspectiva de

cuidado que levasse em conta o protagonismo indígena, mesmo sabendo que o local dispunha apenas de duas placas solares para produção de energia e comunicação via rádio — sem instalações básicas, como água encanada, e muitos casos de desnutrição, tuberculose e malária. As condições não assustavam o médico de família e de comunidade, formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que apostava no diálogo com os saberes tradicionais: “Trabalho com as farmácias vivas. Eu espero aprender por meio do diálogo. Não é porque sou médico que posso impor meu conhecimento de forma vertical”, disse à *Radis*.

Na volta do território, registrou em sua conta no Instagram: “Desnutrição. Malária. Tuberculose. Oncocercose e várias outras doenças negligenciadas somam-se à poluição dos rios, mineração, desmatamento e outras formas de violência e violações. É necessário, urgentemente, o repensar da caminhada. Semear mudanças, debridar a necrose que se instalou e resgatar a possibilidade de um futuro ancestral”.

## DIANNE LEITE RAMOS, ENFERMEIRA

Quem olha à primeira vista a mineira de Montes Claros Dianne Leite Ramos já enxerga a fortaleza de uma profissional dedicada a salvar vidas. Enfermeira de bordo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), ela se preparava para sua segunda missão em território Yanomami, sem esconder a satisfação de repetir a experiência que havia passado, que considerou divisora de águas em sua vida: “Foi sensacional, chego a me arrepiar”, narrou à *Radis*, lembrando sua ida ao subpolo de Onkiola, próximo ao polo de Awaris, um mês antes da conversa.

Não que a experiência não tenha sido desafiadora. O subpolo, apesar de boa estrutura física, “com banheiro”, não tinha energia elétrica e nem água encanada; apesar disso, a parceria com os outros profissionais e a convivência com o modo de vida indígena ajudaram a superar os problemas, mesmo que tenha enfrentado muitas caminhadas em mata fechada, alguns tombos pelo caminho e as dificuldades em lidar com o isolamento e a comunicação precária. “Eu cheguei lá no escuro, sem

saber o que encontrar. Enfrentei situações difíceis, mas ainda assim falei que queria muito voltar”, confidenciou.

No momento em que conversa, em frente ao DSEI Yanomami, em Boa Vista, a profissional formada pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) aguarda o embarque para a comunidade de Yaritubi, na expectativa de um desafio maior, já que se dirigia a um ponto do território onde não havia nenhum profissional de saúde. “Vamos começar do zero”, revelou, informando que teria a companhia de dois médicos na missão. “Iremos encontrar uma população completamente desassistida, ansiosos por assistência. Espero fazer a diferença na vida deles”, declarou.

Foi numa missão emergencial, em 2021, quando assistia pessoas que sofriam com as enchentes no Sul da Bahia, em plena pandemia de covid-19, que Dianne conheceu o trabalho da Força Nacional do SUS e decidiu se voluntariar. Ela comparou a missão às outras emergências em que já atuou. “Às vezes o trabalho é de formiga, mas a troca de energia faz toda a diferença. Para eles e para mim”, define.



ACERVO PESSOAL





ACERVO PESSOAL

## LIVIA ROLIM SOUSA, MÉDICA

Livia Rolim Sousa nasceu em João Pessoa (PB), foi criada em Boa Vista, onde se formou médica na Universidade Federal de Roraima (UFRR), especializou-se em pediatria no Hospital Infantil Darcy Vargas (HIDV), vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SUS-SP), e passou por diversas especializações na área de nutrição e medicina integrativa. No entanto, era um sonho antigo trabalhar com saúde indígena, desde os tempos da faculdade, quando seguia os passos da mãe, que também é pediatra e atua nos principais hospitais da capital de Roraima.

Há 10 anos, ela assistiu a uma palestra de dois integrantes da Força Nacional do SUS, quando vislumbrou a possibilidade de atuar junto aos Yanomami no mesmo estado onde se formou. Uma década depois, quando conversou com Radis, ela estava de partida para o polo base de Surucucu, sem saber ao certo o que encontraria, mas com grande expectativa de ajudar. O polo, conhecido por ser um dos bem equipados da TIY — com água encanada, energia elétrica, internet e pista de pouso — é uma das referências na região, razão pela qual Livia previa trabalhar

com muitas remoções de pacientes indígenas para a capital.

“Como não vou ter que me deslocar muito para comunidades próximas, a minha expectativa é auxiliar os profissionais do DSEI a desafogar o sistema, que já está saturado”, disse ela, enquanto aguardava para se submeter ao teste de covid-19, antes de embarcar para o território. Já com o resultado de seu teste negativo em mãos, ela complementou: “Eu preciso sentir que vou conseguir fazer o melhor que puder e ser o mais resolutiva possível”.

No Instagram, em postagens sobre a experiência, ela postou: “Sabem aqueles momentos que sentimos como se conseguíssemos nos sintonizar com uma estação de rádio perfeita e entender as mensagens do Universo? Quando conciliamos nossas paixões, talentos e esforços com nosso propósito de vida, os sentimentos de gratidão e plenitude transbordam e fica difícil de expressar apenas em palavras.”

■ Confira outros perfis de profissionais da Força Nacional do SUS no site da Radis.

# COM A PALAVRA, OS LEITORES

## PESQUISA DISCUTE O LUGAR DO OUTRO NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DA PRODUÇÃO DE RADIS

GLAUBER TIBURTINO

Quem são os leitores de *Radis*? Como eles interagem com as reportagens? O que veem e o que não encontram nas matérias? Eles são de fato ouvidos e de que forma? Quem fala e como fala em cada texto publicado? Em 2022, quando o Programa *Radis* completou 40 anos e a revista chegou a duas décadas de existência, um grupo de 11 leitores de diferentes locais do Brasil participou de um estudo sobre o lugar do “outro” na comunicação pública. A ideia era que *Radis* fosse analisada e comentada por seus próprios leitores.

Para se chegar a um coletivo que contemplasse a diversidade, Rogério Lannes, coordenador do Programa *Radis* e autor do estudo, utilizou o banco cadastral com mais de 120 mil assinaturas. Depois de várias etapas de seleção, cinco mulheres e seis homens, entre leitores novos e antigos, foram escolhidos para conversar sobre suas opiniões e leituras de *Radis* — a pesquisa deu origem à tese “O lugar do outro na comunicação pública: saúde, polifonia e alteridade na revista *Radis*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fiocruz, com orientação da pesquisadora Inesita Araújo.

“A pesquisa envolveu leitores da revista *Radis* em um processo participativo de análise discursiva da presença, da ausência e do protagonismo de vozes de atores sociais diversos na textualidade da revista, examinando matérias jornalísticas por eles escolhidas”, afirmou Rogério na tese.

Ele explica que os participantes selecionados têm algumas características em comum além do fato de serem leitores de *Radis*. “Todos ocuparam esse lugar por terem, em algum momento, se manifestado com uma visão crítica sobre o direito à saúde e o SUS ou sobre a própria *Radis* na seção Voz do Leitor, em reportagens da revista, em outros espaços e veículos ou nas redes sociais”, pontua.

Em entrevistas individuais com o autor e, depois, em conversas coletivas, os 11 leitores narraram as suas histórias com a publicação, analisaram reportagens e matérias mais marcantes, teceram críticas e sugestões ao trabalho e exercitaram aquela que é uma das premissas da comunicação pública: a participação cidadã.

### NOSSAS HISTÓRIAS COM RADIS

O relacionamento de Josenilton Dias com *Radis* começou bem cedo, há 18 anos, no início da sua graduação em Enfermagem. “Conheci *Radis* em junho de 2005, com uma capa sobre atenção básica, que ainda tinha o interior em preto e branco. Eu fiquei fascinado com a revista: pública e gratuita, trazendo o debate sobre a reforma sanitária e o SUS”, narra à reportagem.

Hoje com 35 anos, o enfermeiro e advogado baiano conta que se surpreendeu com o convite para opinar sobre o conteúdo da revista. “Recebi o contato com um misto de alegria por ter sido lembrado pelas mensagens que enviava e também com curiosidade sobre como seria o processo de pesquisa e como eu poderia contribuir”, relata.

Quando se deparou com a revista pela primeira vez, ele logo quis compartilhar com as pessoas próximas: “Lembro que fiz a assinatura dos meus colegas da faculdade pelo site. Todo mundo queria receber também”. Ele lembra que levava a revista para a sala de aula, mostrava aos professores e utilizava os temas como subsídio para os debates.

Quem ainda hoje leva as reportagens de *Radis* para as salas de aula é a professora de redação e língua portuguesa Cainã Vilanova. Sergipana, de 40 anos, ela leciona para alunos do ensino médio de Aracaju e outras partes do país por meio da plataforma digital Explicae, que prepara estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Aluno de Cainã conhece *Radis*”, orgulha-se. Ela conta que usa as revistas como repertório: escolhe um tema de redação com base em uma matéria que saiu. “A prova do Enem, por enquanto, exige atualidade. O aluno que lê *Radis* se informa sobre muitos assuntos. Inclusive os últimos temas de redação estavam em edições da revista”, observa. Entre os assuntos do Enem que foram abordados por *Radis*, estão: os desafios para a valorização de povos tradicionais no Brasil (2022), a invisibilidade e o registro civil (2021) e o estigma associado às doenças mentais (2020).

Assim como os alunos de Cainã, foi por intermédio de uma professora que a psicóloga Elânia Francisca, de 38 anos, conheceu *Radis*. Esse vínculo foi reforçado em 2013, durante





Rogério e os 11 leitores participantes da pesquisa (da esquerda para a direita, de cima para baixo): Ana Augusta, Luiz, Lérida, Richarlis, Ana Isabella, Cainã, João, Elânia, Josenilton, Julio e Vanilson.

um encontro de Saúde Mental, na cidade de Mauá (SP), onde ela recorda ter ouvido novamente sobre a revista. De uma “leitora comum”, como se definia, ela afirma que aprofundou sua relação com o veículo durante sua participação na pesquisa.

“Antes, meu olhar sobre *Radis* era: uma revista que fala de saúde. Hoje, eu tenho outra visão. Entendo *Radis* como uma revista não só de saúde, mas que também contribui para a gente pensar mudança social, garantia de direitos à saúde e valorização do SUS”, opina.

Natural do Espírito Santo, Elânia vive em São Paulo e participa de movimentos de saúde na periferia e do ativismo feminista e antirracista. É nesse trabalho com a juventude que *Radis* também vira referência literária: “Quando estou no trabalho com adolescentes, para pensar a sexualidade, o direito à saúde sexual e à saúde reprodutiva, da mesma forma que a professora me indicou um dia, eu indico a revista para os meninos, meninas e meninos adolescentes que acompanho”, diz.

## O LUGAR DO CONTRADITÓRIO

As diretrizes editoriais de *Radis* sempre foram pautadas pelo interesse coletivo e pelos direitos à cidadania, destaca Rogério. “A comunicação pública deve ter clareza sobre seus propósitos e assumi-los de forma transparente. Ela se origina da ideia da comunicação como um direito humano e da luta pela democratização da comunicação”, completa, em conversa com a reportagem.

Superar as “versões oficiais” ditadas por porta-vozes institucionais e ouvir quem geralmente é negligenciado e invisibilizado pela imprensa comercial é uma das propostas de *Radis*. “Nas análises, vimos que há na *Radis* mais do que a presença de muitas vozes, mas um marcado protagonismo de vozes de fora da institucionalidade do SUS e da academia, entre elas a de atores sociais de fora do campo da saúde, de pessoas das periferias e de populações vulnerabilizadas”, afirma um trecho da tese.

O lugar do contraditório nas reportagens — ou “ouvir o outro lado”, como se costuma dizer no jornalismo — foi um tema abordado na conversa com os leitores. Diferentemente da ideia de uma suposta isenção e imparcialidade, a dita “objetividade jornalística” geralmente é uma estratégia para camuflar interesses e subjetividades de quem produz a notícia. Em vez disso, um dos principais lemas de *Radis*, “O nosso lado é o SUS”, é um posicionamento em torno dos valores defendidos pelo programa.

Josenilton avalia que *Radis* geralmente aborda pontos de vista diversos e, para ele, o espaço concedido a populações minoritárias e muitas vezes marginalizadas é um diferencial a ser valorizado. “Não encontro o conteúdo de *Radis* em nenhum outro veículo de comunicação”, comenta.

O leitor relembra que, durante as conversas com os outros participantes da pesquisa, essa questão do contraditório esteve muito presente. Em tempos de fake news, será que devemos dar espaço àqueles que propagam mentiras e negligenciam a ciência? — questionaram os leitores. “Como certos grupos já tinham espaços na mídia tradicional, *Radis* era a única voz de grupos como povos originários, quilombolas e comunidade LGBTQIA+”, completa Josenilton.

Elânia partilha da mesma opinião e não vê problema na postura assumida pela revista em temáticas mais sensíveis: “Eu leio *Radis*, porque acho que não há um posicionamento neutro. A neutralidade não existe. São posicionamentos a partir da luta do povo. Então leio porque está em sintonia

com meu olhar ético sobre saúde no Brasil”, explica. A psicóloga e ativista ressalta que, para ela, a própria *Radis* já seria um contraponto ao olhar hegemônico imposto pela imprensa comercial.

“Eu sou a favor da legalização do aborto e entendo que quem é contrário já tem espaço demais na grande mídia. Penso que falta, então, a gente abrir mais espaço para falar sobre a legalização do aborto sem ter esse outro ponto de vista, porque esse já está no Brasil inteiro, já está na imprensa tradicional. Acho que *Radis* tem que trazer o ponto de quem tem menos espaço na mídia”, opina.

Já Cainã manifesta uma posição um pouco diferente e acredita que, ao abordar “o outro lado”, as reportagens também ajudam a conscientizar e estimular o senso crítico dos leitores sobre o tema discutido nas pautas. “A revista deve mostrar mais de uma percepção, sem aliviar comportamentos preconceituosos, racistas, misóginos, homofóbicos, transfóbicos. Enfim, mostrar que, às vezes, há posicionamentos diferentes que precisam ser respeitados sem passar a mão na cabeça de atitudes que são totalmente erradas e criminosas”, argumenta.

#### QUAL O ESPAÇO DOS LEITORES?

Os leitores ouvidos pela pesquisa também compararam o papel da comunicação pública com a atuação da mídia comercial — por exemplo, em relação à abordagem sobre o SUS e os direitos da população. “O debate que *Radis* apresenta



“ Os últimos temas de redação [do Enem] estavam em exemplares da revista ”

Cainã Vilanova





“ Eu leio *Radis*, porque acho que não há um posicionamento neutro. A neutralidade não existe ”

Elânia Francisca

em suas páginas, com seu lugar de fala, é único. Sinto que o espírito da Reforma Sanitária ainda está muito forte [na revista], em ver o direito à saúde ser realmente efetivado com qualidade”, afirma Josenilton.

A liberdade editorial é outro ponto destacado. “O enfrentamento das desigualdades sociais é um tapa na cara, ao ver em suas páginas o que as publicações de mercado escondem. Não existe a lógica mercadológica, de vender exemplares. Então, a revista se permite fazer o contraponto do debate, a buscar atores esquecidos no cotidiano e a pautar os direitos que estão sendo cerceados em comunidades tradicionais. Isso não tem preço”, resume o leitor.

Porém, ainda há margem para ampliar e qualificar a escuta. Uma das questões identificadas pelos leitores ouvidos na pesquisa é o espaço de fala destinado às fontes ouvidas nas reportagens, muitas vezes ainda restrito aos marcadores sociais.

Rogério relembra algumas situações em que essa crítica foi levantada pelos leitores e cita uma fala de Vanilson Torres, líder do Movimento Nacional de População em Situação de Rua e um dos participantes da pesquisa. “Vocês ouvem pessoas em situação de rua. Eu nunca vi isso em lugar nenhum. Mas você já reparou que quem fala das políticas públicas são os procuradores, os pesquisadores, a delegada, o secretário, enquanto a população de rua fala só sobre a vivência dela na rua?”, questionou o participante da pesquisa a Rogério.

“Por que eles não falam sobre outras coisas?”.

Segundo Vanilson, a população em situação de rua possui uma experiência que os especialistas não dominam e que ele nomeia como “ruologia”. Rogério destaca que esse foi um grande aprendizado da pesquisa e diz ter recebido uma observação semelhante de outro leitor, João Leopoldo: “Vejo que vocês ouvem muitos indígenas, população negra, população trans, mas vocês ouvem sobre a questão deles. Indígena fala sobre a questão indígena, negro fala sobre a questão do racismo ou saúde da população negra”, relembra Rogério.

“Vocês da mídia não colocam pessoas negras, indígenas e trans para falarem de todos os assuntos”, questionou João, durante as conversas. “O que João defende sinaliza para a necessidade de o lugar da diversidade representacional na comunicação pública não ser objeto de compartimentação temática, o que seria uma ‘racialização’ da fala negra, o que não ocorre com a voz da pessoa branca”, constata Rogério. Na avaliação do coordenador do Programa *Radis*, esse é um aprendizado que pode auxiliar a produção da equipe daqui para frente.

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Rogério entende que o momento é propício para avançar na discussão sobre a criação de um Conselho Consultivo no Programa *Radis*. E sugere que o próprio grupo de leitores

“Conheci *Radis* em 2005. Eu fiquei fascinado com a revista: pública e gratuita, trazendo o debate sobre a reforma sanitária e o SUS”

Josenilton Dias



ACERVO PESSOAL

selecionados para a pesquisa possa vir a compor um piloto para essa experiência.

“Gostaria que fizéssemos, a partir desse grupo, como um embrião, um dos pressupostos ideais da comunicação pública, que é um conselho externo consultivo. Algo que nos ajudaria a pensar junto os rumos de *Radis*”, defende. A ideia não impactaria na independência editorial do veículo — “mas vai fazer algo muito importante, que é pensar questões de longo prazo, de inserção no campo da comunicação e na sociedade”, defende. E cita exemplos: “A EBC [Empresa Brasil de Comunicação] tem um conselho curador e iniciativas de comunicação pública em outros países tiveram também conselhos diversos”.

Na avaliação de Rogério, a construção da pesquisa com a participação dos leitores de *Radis* ajudou a trazer olhares diversos sobre o jornalismo desenvolvido no programa. As conclusões resultantes do estudo podem contribuir para ampliar os espaços de participação cidadã na comunicação pública, segundo ele.

Rogério ressalta que, durante a pesquisa, ele entendeu que o momento de contato desse ‘outro’ com *Radis* é apenas um breve instante em sua vida. “Aquele encontro não resume a existência do indivíduo que lê ou fala na revista, mas apesar disso, deve ser um instante de total dedicação”.

No dia em que ele conversou com a reportagem, parte da equipe de jornalismo do programa estava em Roraima cobrindo a emergência de saúde pública vivida pelo povo

Yanomami e a iniciativa foi citada como exemplo para essa reflexão. “Cada vez que a gente vai, como agora, que a equipe está lá com os Yanomami, tentamos fazer o melhor, sabendo que o melhor vai ser só uma gotinha na história de vida dessas pessoas e no território delas. Mas temos que tentar acertar sempre, com o coração”, conclui o coordenador de *Radis*.

Onze leitores de *Radis* foram escolhidos para participar da pesquisa desenvolvida por Rogério Lannes. Todos passaram por conversas individuais com o autor antes dos debates coletivos, quando se conheceram e interagiram pela primeira vez. Cada um teve a tarefa de selecionar livremente uma ou mais matérias publicadas na revista para analisá-las com base em um roteiro previamente definido. Em seguida, as análises seriam compartilhadas e debatidas com os demais leitores integrantes da pesquisa. Ao todo, foram escolhidas 20 reportagens.

- Gostaria de conhecer a pesquisa na íntegra? Acesse: <https://bit.ly/teseradis>
- Confira a lista: <https://bit.ly/materiasteseradis>
- Conheça também os leitores que participaram do estudo: <https://bit.ly/perfilidos11>





# POR FAVOR, NÃO ATIRE!

## COMO OPERAÇÕES POLICIAIS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO DIFICULTARAM A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Este texto foi produzido em uma oficina com comunicadores populares selecionados pelo edital “Como se proteger do coronavírus — Programa de Reportagem”, uma parceria entre o Observatório de Favelas e a Fiocruz. Saiba mais em [bit.ly/3JzzQRI](https://bit.ly/3JzzQRI)

ANA PAULA GODOI \*

Cerca de 5 mil pessoas deixaram de ser vacinadas contra a covid-19 ou tiveram seu esquema vacinal comprometido, durante um período de 7 dias, devido a operações policiais na Maré, conjunto de favelas localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, segundo dados do boletim Direito à Segurança Pública na Maré.

O Centro Municipal de Saúde (CMS) Vila do João, que atende mais de 25 mil pessoas entre as favelas da Vila do João e do Conjunto Esperança, foi uma das unidades que interromperam as atividades parcial ou integralmente por pelo menos 22 dias em 2021, fato que atrasou a aplicação de centenas de doses da vacina. Na Maré, são vacinadas em média 650 pessoas diariamente para covid-19. Porém, os impactos são ainda maiores se forem levados em conta outros atendimentos.

Segundo Thiago Wendel, coordenador da área programática que compreende a região da Maré,

aproximadamente 6 mil pessoas são afetadas diariamente com outros atendimentos que são interrompidos durante operações na Maré. A dimensão dos impactos da violência armada na saúde vai além do que os dados conseguem apontar, já que os danos ocorrem também na saúde mental de moradores e profissionais da saúde. As operações policiais ocasionam sobrecarga nos serviços, já que a demanda no dia seguinte fica maior, gerando ansiedade na população.

Thiago fala sobre o sofrimento que as operações policiais provocam tanto nos profissionais de saúde como na população. “Logo depois de uma operação, as clínicas ficam lotadas e o número de casos de pacientes com crise de ansiedade aumenta. Se hoje a unidade fecha, amanhã quando abrir estará lotada e a maioria dos casos são ansiedade, síndrome do pânico, aflição”, conta.



## SOFRIMENTO PARTILHADO

Diante dessa situação, os mareenses [como são chamados os moradores do Complexo da Maré] e os agentes de saúde são afetados de forma comum, pois os profissionais têm o papel de cuidar e continuar prestando um serviço, mesmo nessas condições. Thiago categoriza o sentimento de sofrimento em três partes.

“Primeiro, porque nós somos seres humanos, além de profissionais. Somos pessoas como a própria população que está aqui. A gente tem que cuidar das pessoas, mas ao mesmo tempo não se sente seguro”, define. Outras inseguranças também afetam os profissionais, entre elas se será possível voltar para suas casas.

“O segundo sofrimento é lidar com as pessoas e com a dor delas. Por mais que o profissional, ao fechar a clínica, possa ir embora, há a preocupação com o paciente que continuará diante de uma situação de violência”, pontua. Já o terceiro sofrimento é com os 6 mil atendimentos que são afetados, em alguns casos prejudicando o plano de cuidado de pacientes com curativos, por exemplo, e impactando no tempo de seu tratamento.

As unidades de saúde da região possuem um protocolo e uma estratégia para operarem em período de confrontos violentos: o Grupo de Acesso Mais Seguro. Esse grupo é formado por profissionais que sabem lidar com conflitos, inclusive de guerra, treinados pela Cruz Vermelha, que orientam como devem atuar diante de situações de violência.

O Acesso Mais Seguro é formado por uma equipe multidisciplinar. É esse coletivo que faz a classificação diária da situação da violência armada na Maré e é quem decide o fechamento das unidades de saúde. O grupo recebe informações de outros atores do território como organizações não governamentais (ONG).

## A EPIDEMIA DA LETALIDADE POLICIAL

Em 2020, o mundo presenciou a maior crise humanitária em 100 anos: a pandemia de covid-19. Ainda assim, a segurança pública foi uma preocupação prioritária para ser possível enfrentar o coronavírus. Salvar vidas é algo que há anos os movimentos sociais buscam preservar em suas mobilizações; e, ao se deparar com a pandemia, sabiam que esse seria um dos principais desafios.

Por isso, mais do que nunca, necessitava-se da suspensão das operações policiais. Moradores de favelas, coletivos, organizações e movimentos sociais perceberam a urgência dessa pauta. Até que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, determinou a suspensão da realização de operações em favelas do Rio de Janeiro durante o período de pandemia, salvo em casos de excepcionalidade, devidamente informadas e acompanhadas pelo Ministério Público.

Segundo Camila Barros, coordenadora do projeto De Olho na Maré, da organização Redes da Maré, esta decisão foi tomada liminarmente no âmbito da Arguição de Preceitos Fundamentais (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas. “De acordo com essa decisão, nos casos



excepcionais de operações realizadas durante a pandemia, devem ser adotadas medidas para não se colocar a população em risco ainda maior, em termos da prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária realizadas por moradores e organizações que atuam nesses territórios”, explica.

Dados da publicação Direito à Segurança Pública na Maré, em 2020 e no primeiro semestre de 2021, mostram que aconteceram 24 operações policiais — em decorrência delas, 12 pessoas foram mortas e 84 foram vítimas de violações de direitos fundamentais. As unidades de saúde tiveram por 15 dias seu funcionamento interrompido.

Enquanto a comunidade científica se empenhava para desenvolver uma vacina para imunizar a população o mais rápido possível para a contenção do vírus e salvar vidas, mesmo com as conquistas da ADPF, ainda ocorriam operações policiais.

Uma analogia muito utilizada e difundida durante esse período era de que “estávamos todos no mesmo barco”, que logo foi criticada ao trazer à tona a desigualdade social, pois todos estavam suscetíveis ao coronavírus, mas não nas mesmas condições. Refletir sobre o que significam operações policiais nesse cenário é literalmente imaginar um barco todo furado de bala, tentando tapar os buracos para não afundar e sobreviver. [Leia matéria sobre a desigualdade social na pandemia de covid-19]

“O início da pandemia não restringiu a manutenção das operações policiais na Maré. Entre março e abril de 2020, período em que o município do Rio de Janeiro chegou próximo ao primeiro pico de contaminação pelo coronavírus, foram realizadas cinco operações policiais nas favelas da Maré, frequência superior ao mesmo período em 2018 e 2019”, afirma Camila.



# Municipal de Saúde do João

Thiago Wendel: violência armada impacta a saúde da população e de profissionais



FOTO: RAMON VELLASCO / OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

## DA FAVELA PARA A FAVELA

Enquanto a sociedade processava a dimensão da pandemia, gerar informação, dados e protocolos tornou-se outro desafio. Como comunicar métodos de prevenção em massa para os quatro cantos do mundo? Além disso, fake news surgiram e métodos sem comprovação científica também, tornando a tarefa ainda mais complexa. As pessoas ficaram confusas no que confiar e quais orientações seguir, principalmente as mais vulnerabilizadas. Por isso, tornou-se fundamental a produção de uma comunicação eficaz e de dados para tentar compreender a proporção desta realidade e traçar soluções possíveis.

Diante disso, organizações sociais e lideranças que atuam na Maré — o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, com cerca de 140 mil moradores — já sabiam que precisavam agir em algumas frentes como, por exemplo: alimentação, comunicação, produção de dados e na providência de itens de higiene pessoal. O histórico processo de ausência da garantia de direitos nas periferias tornou ainda mais complexa a atuação na redução de danos do coronavírus.

Todo esse processo de mobilizações sociais resultou no Vacina Maré, iniciativa da Fiocruz, em parceria com a Redes da Maré e a Prefeitura do Rio, que organizou uma campanha de vacinação em massa. A ação imunizou cerca de 37 mil moradores e uniu a sociedade civil, secretarias de saúde e educação, associações de moradores, instituições que já se articulavam apoiando o cuidado dos mareenses e a própria Fiocruz, que é vizinha de algumas das favelas da Maré.

Thiago Wendel coordenou a vacinação na Maré e ressalta que participar do projeto foi uma realização para ele, que é nascido e criado no Complexo da Penha, distante a 8

quilômetros da Maré. “A gente sabe que a covid foi muito difícil e muito dura para o município do Rio de Janeiro. Foi difícil para quem mora no Leblon e em Copacabana [Zona Sul carioca], mas estava muito mais difícil para quem mora na Maré, que é a classe trabalhadora e que mesmo em uma pandemia tinha que sair para trabalhar”, diz.

Ele relembra o que Daniel Soranz, então secretário municipal de Saúde, disse para ele quando o colocou no cargo, ressaltando que a resposta da comunidade viria da própria comunidade. “Isso tem me motivado muito até hoje. As unidades de saúde têm se esforçado para entregar um SUS melhor, um espaço de cidadania que vai além de só cuidar de pessoas doentes, mas que pode ser uma referência de qualidade, como foi no Vacina Maré”, ressalta.

A ADPF das favelas foi importante no processo de vacinação em massa na Maré, mas ainda assim vem perdendo força. “Apesar da redução dos impactos após a decisão do STF, é importante pontuar que a ADPF vem perdendo força ao longo do tempo. Os impactos da violência voltaram a subir nos anos seguintes e, em 2022, o número de mortes em operações policiais na Maré foi o maior dos últimos três anos. O dado nos alerta para o fato de que a política de segurança pública segue em constante disputa”, avalia Camila Barros.

Assim como a pandemia tornou-se um pesadelo coletivo, com perdas constantes, as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro são como epidemias letais de um sistema falido, que mata gente e não soluciona a questão da segurança pública. Essa é uma ferida que, para moradores, nunca se fecha, assim como para profissionais da saúde que convivem constantemente com a violência sistêmica.

O desejo que permanece é de que o legado do Vacina Maré possa estar presente além da imunização da população, das blusas e sacolas ecológicas distribuídas que agora fazem parte da paisagem da Maré com os moradores nas unidades da saúde, nas feiras e nos mais variados ambientes. A política de preservar e salvar vidas deve vir em primeiro lugar e a saúde mental de moradores não pode ser considerada como mero efeito colateral.

Para que assim, de fato, o direito à vida e à saúde sejam garantidos como tantos outros direitos que não são assegurados e até mesmo sabotados pelo próprio Estado.



\* Ana Paula Godoi é moradora da Maré, formada em Publicidade e Propaganda e analista de comunicação do Panóptico.





### NECROPOLÍTICA NA COVID-19

Eles Poderiam Estar Vivos é um documentário independente, dirigido e produzido pelos irmãos Gabriel e Lucas Mesquita, que traz depoimentos de pessoas que perderam familiares e amigos durante a pandemia. Profissionais da área da saúde também relatam o desespero vivido dentro dos centros de saúde e questionam as condutas (não) tomadas pelo governo para evitar tantas mortes de brasileiros. O longa relaciona a estratégia do governo Bolsonaro durante a pandemia e o negacionismo perante a vacina a pelo menos metade das mortes que aconteceram no Brasil pela infecção por coronavírus. Disponível em [youtube.com/watch?v=RLwaKDJs88](https://youtube.com/watch?v=RLwaKDJs88).

### MUSEUS DE CIÊNCIA

O Guia de Centros e Museus de Ciência da América Latina e do Caribe 2023 ganha nova edição e apresenta 448 museus e centros de ciências da região. A publicação sofreu uma mudança importante em relação à última versão, de 2015. Com objetivo de estimular a curiosidade dos leitores sobre idiomas tão próximos, os organizadores decidiram fazer apenas uma edição, sem tradução. Dessa forma o português foi utilizado nos textos de museus brasileiros e o espanhol nos verbetes dos museus de outros países. Foram catalogados 1.896 espaços distribuídos na região. Baixe em [bit.ly/3CtMLAh](https://bit.ly/3CtMLAh).



### ENVELHECIMENTO E DOENÇAS CRÔNICAS

O livro digital Doenças Crônicas e Longevidade: Desafios para o Futuro, editado pela Iniciativa de Prospecção Estratégica Saúde Amanhã e publicado pelo selo Edições Livres, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), reúne especialistas renomados na temática do envelhecimento. A coletânea foi organizada por José Carvalho de Noronha, Leonardo Castro e Paulo Gadelha, e está disponível no site Porto Livre, portal de livros em Acesso Aberto da Fiocruz: <http://bitly.ws/ldq3>.

### BRASIL EM 50 ALIMENTOS

Cinquenta dos alimentos mais importantes do ponto de vista econômico e social são tema do livro Brasil em 50 alimentos (Embrapa). Concebido e organizado pelo jornalista Jorge Duarte, a publicação mostra, de maneira clara, objetiva e didática, a diversidade e relevância da produção de alimentos no Brasil e sua importância para o mundo, estabelecendo a conexão com o fato de que a agricultura brasileira é baseada em ciência. Como acréscimo, apresenta o perfil de seis produtos agrícolas com contribuição relevante da ciência brasileira nos últimos 50 anos: vinho, pastagens, pinus, eucalipto, algodão, cana-de-açúcar. Baixe o arquivo em [bit.ly/3Pd2dbK](https://bit.ly/3Pd2dbK).



### HISTÓRIAS DA PANDEMIA

Entre agosto de 2021 e janeiro de 2022, o site da Rede Covid-19 Humanidades MCTI compartilhou uma série de experiências de pessoas que viveram o luto acarretado pela pandemia de covid-19 de diferentes maneiras e intensidades, lidando com situações como a perda, a resistência e a reconstrução. Como fruto de um projeto coletivo, organizado em parceria com a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico Brasil), o projeto Histórias e(m) Movimento disponibiliza o texto e a narração dessas histórias em áudios em português, com versão traduzida para o inglês. Acesse: [bit.ly/3pjiVGH](https://bit.ly/3pjiVGH) e [bit.ly/3M3pOti](https://bit.ly/3M3pOti).



# Velho, velha? Velha é a discriminação e o idadismo

DALIA ROMERO E NATHALIA ANDRADE\*

O episódio é recente: ocorreu em março, numa universidade de Bauru (SP), e causou rebuliço nas redes. Apesar de ter apenas 44 anos, Patrícia foi alvo de chacota por colegas de classe, que a identificaram como “velha”. Ou seja, foi vítima de “etarismo” ou “idadismo”, como chamamos a discriminação por idade. Mas não importa o nome que se dê a esse preconceito: fundamental é reconhecermos que se trata de um preconceito estrutural no Brasil. E que, assim como o racismo ou qualquer outra discriminação, causa dor na vítima e consequências negativas para toda a sociedade.

Três colegas do curso de Biomedicina de Patrícia, com quase metade de sua idade, gravaram um vídeo zombando: “Ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada.” “Gente, [com] 40 anos não dá mais para fazer faculdade.” Chama atenção o fato de identificarem como velha uma pessoa com idade inferior a sessenta anos. Dessa maneira, podemos afirmar que o conceito de “velhice” não depende apenas da idade cronológica. Qualquer pessoa pode ser considerada “velha” por um grupo que a julgue inferior, descartável, não produtiva.

A vítima principal do evento foi Patrícia, mas as agressoras também são resultado do idadismo estrutural. A sociedade “reserva” espaços, como a universidade, para a chamada juventude. Na ausência de políticas públicas que promovam a convivência de diversas gerações, reforçam-se comportamentos nocivos.

É contraditório: nosso acelerado envelhecimento demográfico acentuou o idadismo. As muitas perdas de direitos trabalhistas experimentadas nos anos recentes, assim como a banalização da morte de pessoas idosas na pandemia — por parte inclusive de autoridades — intensificaram a discriminação. O medo de envelhecer leva as pessoas a rejeitarem aquelas que representam quem elas próprias serão, no futuro.

O idadismo pode fazer vítimas de qualquer idade, mas é mais cruel entre as pessoas idosas. A cada dois idosos, um já sofreu de idadismo. No livro “A Velhice: Realidade Incômoda” publicado em 1970, Simone de Beauvoir denunciou a “conspiração do silêncio” sobre as injustiças e preconceitos relacionados ao envelhecimento. Outro sociólogo, Norbert Elias, associa o envelhecimento a distanciamento social, invisibilidade, luto e abandono. Não à toa, a luta contra o idadismo tem muitas semelhanças à luta contra a discriminação de pessoas com deficiência. É a sociedade que precisa mudar e promover a inclusão.


O idadismo machuca, mesmo sem ser percebido. Mas, quando assimilado por suas vítimas, torna-se uma forma de

violência ainda mais grave. Acarreta um sentimento de inferioridade terrível, como afirma Susan Sontag. Algo que silencia a pessoa idosa até em sua subjetividade, com repercussões na saúde, como sensação de solidão, abandono e perda do desejo de viver. Essa discriminação não é apenas exercida por pessoas mais jovens. Também está dentro de casa. E em instituições como bancos, hospitais e até na produção de conhecimento. Nós realizamos uma pesquisa, a ser publicada na Revista Ciência e Saúde Coletiva, na qual constatamos que a escolha da linguagem também desempenha um papel crucial na reprodução do idadismo. Expressões como “velho demais” ou “parece um velho” podem contribuir para a exclusão social. Assim como a comunicação ou o tom de voz infantilizado, no trato com idosos. Mesmo que ocorra com intenção carinhosa, é uma forma de discriminação etária, pois busca controlar comportamentos e anular a cidadania e a autonomia da pessoa idosa.

O idadismo afeta ricos e pobres. Entretanto, pessoas pobres, negras e com outras condições que a sociedade em geral discrimina sofrem ainda mais, pelo acúmulo de violência social. A discriminação existe até no direito a envelhecer: a média de idade à morte é de 46 anos para indígenas, 61 para negros e 70 para brancos.

O idadismo, afinal, está associado ao valor do ser humano no capitalismo. Envelhecer em uma sociedade em que o corpo juvenil e a força de trabalho são grandes valores econômicos, contribui para a vulnerabilidade da velhice. E isso mesmo em países como o Brasil, onde pessoas idosas desempenham papel fundamental na redução da pobreza familiar ao ajudarem jovens e adultos a se inserirem no mercado de trabalho — quando, por exemplo, cuidam dos netos.

A OMS propôs três estratégias no “Relatório Mundial sobre o Idadismo”: implementação de leis e políticas públicas, intervenções educacionais, como a inclusão digital, e contato intergeracional. Nós, autoras, propomos que seja também incluída a participação de ativistas, de direito e saúde da pessoa idosa, nas lutas identitárias, como a luta contra o racismo, contra o machismo, contra a discriminação LGBTQIA+, na luta contra a fome, entre outros. Essas condições interagem com o idadismo.

A sociedade precisa pedir desculpas a Patrícia, às jovens que cometeram a discriminação e, especialmente, às pessoas idosas que sofreram e/ou que irão sofrer de idadismo. Precisamos mudar a sociedade brasileira, reagir contra o capitalismo nocivo e defender valores associados com o bom viver. 

■ DALIA ROMERO É DOUTORA EM SAÚDE PÚBLICA E COORDENADORA DO GRUPO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE E ENVELHECIMENTO (GISE), DO ICICT/FIOCRUZ; NATHALIA ANDRADE É SOCIOLOGA E ASSISTENTE DE PESQUISA DO MESMO GRUPO.

# EM UM MAR DE FAKE NEWS, NAVEGUE COM QUEM TEM COMPROMISSO COM A SAÚDE PÚBLICA HÁ 40 ANOS

Radis está com SITE NOVO.  
Acesse e leia conteúdos exclusivos!

[radis.ensp.fiocruz.br](http://radis.ensp.fiocruz.br)

